

Uma *presidenta* inconstitucional

Por Emídio Beúla
e Raul Senda

Terça-feira, 20 de Setembro, a Esposa do Presidente da República chega à Zambézia, proveniente de Manica, para mais uma visita de trabalho. No Aeroporto de Quelimane, Maria da Luz Guebuza (e a sua comitiva) é recebida pelo governador da província. Itai Meque não está sozinho: uma vasta comitiva que inclui funcionários públicos e membros do partido Frelimo acompanha-o na cerimónia com honras de Estado. Este ritual político de grande capital simbólico repete-se desde 2005, ano em que Armando Guebuza tomou posse, pela primeira vez, como PR (Presidente da República) e tornou a sua esposa a Primeira-Dama de Moçambique.

Desde 2005, Maria da Luz Guebuza tem visitado regularmente as 11 províncias do país. Intercaladas com algumas saídas para o estrangeiro, as deslocações da Primeira-Dama pelo país seguem a fórmula das Presidências Abertas e Inclusivas, a designação que levam as visitas que Armando Guebuza efectua anualmente a todas as províncias do país. Tem uma longa comitiva que inclui jornalistas, arrastam consigo interesses partidários, têm direito a escolta e sirenes, constam da agenda dos governos provinciais, paralisam alguns serviços públicos, incluem comícios populares, mobilizam as populações locais, têm uma grande projecção mediática (sobretudo na imprensa oficiosa) e sobrevivem à crise financeira que assola a economia do país e passam ao largo das medidas de contenção.

Mas têm uma particula-



Maria da Luz a sua chegada a Nampula é recebida pelo presidente do município, Castro Namacua, e pelo Secretário Permanente, António Máquina

ridade: no terreno a Primeira-Dama visita instituições sociais e presta apoio moral e material a pessoas desfavorecidas, principalmente crianças órfãs e pessoas de terceira idade.

Da legalidade

O Estatuto Orgânico da Presidência da República aprovado pelo Decreto Presidencial nº 5/2008, de 19 de Junho, diz que é competência do PR criar instituições subordinadas à Presidência da República que permitam assegurar o exercício das funções que lhe são constitucionalmente cometidas.

No número dois do mesmo artigo, são elencadas as instituições subordinadas à Presidência da República, nomeadamente o Gabinete da Esposa do Presidente da República e o Gabinete do Protocolo do Estado.

De acordo com o decreto presidencial em referência, constituem funções do Gabinete da Primeira-Dama apoiar a Esposa do PR no exercício das suas funções, decorrentes desta qualidade; e apoiar na realização de iniciativas de carácter social e cultural que ela decida desenvolver.

O Gabinete é dirigido por um director nomeado pelo PR. A actual dirigente

do Gabinete da Esposa do PR é Flávia Cuereineia, por sinal esposa do ministro de Planificação e Desenvolvimento (Aiuba Cuereineia), ele também nomeado pelo PR.

Quanto à organização e funcionamento do Gabinete, o Estatuto Orgânico da Presidência da República remete para um regulamento interno.

Quem gere os fundos do Gabinete?

Segundo o nº 3 do artigo 5 do Estatuto Orgânico, o Gabinete da Primeira-Dama é independente nas suas actividades, exceptuando os aspectos relacionados com a gestão de recursos humanos que estão sob a jurisdição do Chefe da Casa Civil. Esta é uma das alterações mais significativas no que ao Gabinete da Esposa do PR diz respeito, introduzidas com o Decreto Presidencial nº 5/2008, de 19 de Junho, que revoga o Decreto Presidencial nº 15/2005, de 14 de Março.

No primeiro decreto presidencial através do qual Armando Guebuza aprovou o Estatuto da Presidência da República, o Gabinete da Primeira-Dama era independente nas suas actividades, "exceptuando os aspectos relacionados com a gestão de recursos que estarão sob a

jurisdição do Secretário-Geral da Presidência da República".

Portanto, no decreto de 2005 todos os aspectos relacionados com a gestão de recursos estavam fora do alcance do Gabinete da Primeira-Dama, mas no decreto de 2008, apenas os aspectos relacionados com a gestão de recursos humanos "escapam" do Gabinete da Maria da Luz Guebuza.

Liberdade de iniciativa

Ao abrigo do Estatuto Orgânico da Presidência da República, a Primeira-Dama é livre de decidir sobre a realização de iniciativas de carácter social e cultural. É em nome desse poder discricionário que Maria da Luz Guebuza realiza visitas anuais em todas as províncias do país, investindo na sua visibilidade e popularidade. As despesas decorrentes dessas deslocações são suportadas por fundos públicos que, entretanto, não aparecem discriminados no Orçamento do Estado. Estando o Gabinete da Primeira-Dama subordinado à Presidência da República, pode deduzir-se que as despesas resultantes das suas actividades são suportadas pela rubrica orçamental da Presidência da República. No Orçamento do Estado para 2011 (revisto), a Presidência da República tem um total de 835.431.490 meticais, sendo 248.551.960 meticais para despesas com pessoal, 554.490.230 meticais para bens e serviço, 2.389.300 meticais para transferências correntes e 30.000 meticais para despesas correntes.

Problemas

As deslocações de Maria da Luz Guebuza têm alimentado as mais variadas leituras e interpelações na esfera pública moçambicana. Ninguém põe em causa as actividades sociais que ela tem levado a cabo, ajudando famílias carenciadas.

Uma das questões que suscita preocupação para

alguns cidadãos tem a ver com a legitimidade que a Primeira-Dama (não) tem para dar ordens aos gestores públicos. A outra tem a ver com o facto de as visitas serem financiadas por fundos públicos, mas se alastrarem a missões partidárias. O SAVANA traz as opiniões de alguns analistas atentos à vida política do país.

"REDEFINIR O PAPEL DA PRIMEIRA-DAMA", Ismael Mussá

Para o deputado e académico Ismael Mussá, a Primeira-Dama é livre de realizar visitas pelo país, sempre que julgar conveniente e desde que enquadradas nas responsabilidades de cariz social e filantrópica que lhe cabem enquanto Esposa do PR, como é de praxe em muitos países no mundo.

Porém, "o que não deve é usar de forma abusiva recursos públicos para promover outro tipo de actividades,



Ismael Mussá

como sejam actividades de carácter partidário e outras que são da alçada ou responsabilidade de quadros governativos e com mandatos conferidos por lei".

Chamou a seu favor a Lei nº 14/2009, de 17 de Março, (Estatuto Geral e o Regulamento dos Funcionários e Agentes do Estado, aprovado pela AR) e o Decreto nº 62/2009, de 8 de Setembro, (Regulamento dos Funcionários e Agentes do Estado, aprovado pelo Conselho de Ministros), para afirmar que ao abrigo desses instrumentos legais todos os actos provenientes da figura de Primeira-Dama são nulos ou até mesmo inexistentes.

Numa altura de contenção de gastos públicos, diz Mussá, o Gabinete da Primeira-Dama devia ser o primeiro a dar o exemplo.

"Há uma necessidade de a Assembleia da República clarificar o papel que deve ser desempenhado pela Primeira-Dama neste país, de modo a evitar este tipo de ambiguidades e atropelos à lei", disse o político.

"PRESTAR CONTAS AOS CONTRIBUINTES", Egídio Vaz

Egídio Vaz, analista político formado em História, enquadra as visitas da Primeira-Dama no âmbito "de roteiros político-sociais". Porém, afirma não perceber onde começa e termina o cariz social do Gabinete da Primeira-Dama.

Mas o que mais preocupa Egídio Vaz é o facto de o Gabinete da Esposa do PR ser uma das instituições moçambicanas que não presta contas em nenhuma instância pública, apesar de funcionar com base em fundos do Orçamento do Estado. Mais ainda, lamenta não saber como é que é avaliada o seu desempenho. "As actividades do Gabinete da Primeira-Dama que nos são publicamente comunicadas conflituam em algum momento com as do Ministério da Mulher e Acção Social", afirmou, sugerindo que o próximo Governo deverá ponderar a extinção de uma das instituições.

Sobre a intromissão da figura da Primeira-Dama na governação, Egídio Vaz entende que o desafio está do lado de quem acata tais ordens.

"Estou a dizer que a ter que se encontrar o culpado, deverá ser os obedientes que, mesmo sabendo da irregularidade, o fazem na esperança de maximizar as possibilidades de confiança junto do Presidente da República", explicou.

"REFLEXO DO EXERCÍCIO PERSONALISTA DE PODER PRESIDENCIAL", José Macuane

O cientista político e docente na UEM, Jaime Macuane, classifica a actual Primeira-Dama como uma figura muito actuante e interventiva em áreas que se enquadram nas prioridades políticas do país, o que é positivo. "Talvez pela forma como o faz é que levanta dúvidas e algumas críticas", fez notar.

Porém, Macuane alerta que Maria da Luz Guebuza devia, na sua interacção com os órgãos e entidades de governação, ter sempre presente que ela não faz parte de nenhum órgão de soberania e que não tem competências específicas na governação do país.

Tal como Egídio Vaz, o docente da UEM entende que o cumprimento de ordens da Primeira-Dama pelos servidores públicos "é explicável pelo temor" que se pode ter de uma eventual retaliação por parte do PR.



Técnicos de saúde paralisam o trabalho para saudar a Primeira-Dama. Episódios como este acontecem praticamente por todos os pontos onde Maria da Luz visita

Projecto de construção de 10 mil casas

Guebuza corre contra o relógio

Por Raul Senda

O Banco Nacional de Desenvolvimento Chinês acaba de desembolsar cerca de 12 mil milhões de meticais para financiar a construção de 10 mil das 100 mil habitações prometidas pela Frelimo na campanha eleitoral de 2009. Trata-se de residências de piso único, tipos dois, três e quatro que vão servir cerca de 25 mil pessoas, entre as quais funcionários públicos, com destaque para jovens recém-formados.

Recorde-se que no manifesto eleitoral do partido no poder, agora transformado em Programa Quinquenal do Governo, consta a construção de 100 mil habitações para grupo sociais semi-carenciados. Na mesma senda consta a demarcação de 300 mil talhões.

Nesta segunda-feira, o Primeiro-ministro, Aires Ali, procedeu, no bairro de Intaka, arredores do município da Matola, ao lançamento da primeira pedra, com vista ao arranque das obras de construção de cinco mil das 10 mil casas financiadas pelo banco chinês. As restantes cinco mil casas serão distribuídas pelas restantes nove capitais provinciais. As referidas habitações serão erguidas por um empreiteiro chinês, a Henan Gouji Industry and Development. Aos nacionais caberá um papel secundário.

Crítérios

As autoridades moçambicanas ainda não definiram a forma como cada província irá ser atribuída as casas.

Segundo Aires Ali, a construção destas habitações resulta de um acordo de parceria rubricado entre o governo de Moçambique e aquele Grupo chinês, baseado na província de Henan, cuja assinatura teve lugar a 14 de Agosto passado, aquando da visita do Presidente Armando Guebuza, àquele país



Momento do lançamento da primeira pedra das cinco mil casas

asiático.

Trata-se de um projecto integrado que, para além das habitações, serão edificadas outras infra-estruturas sociais como os sistemas de abastecimento de água e de saneamento, escolas, unidade sanitária, creches, vias de acesso, centro comercial, entre outras.

Estima-se que as obras de construção das habitações venham a durar 18 meses, podendo criar cerca de 10 mil postos de trabalho entre directos e indirectos.

A implementação deste projecto foi confiada ao Fundo de Fomento de Habitação (FFH) e enquadra-se na implementação da Política e Estratégia habitacional, concebida pelo governo moçambicano, em Março do presente ano. A Política e Estratégia de Habitação tem como objectivo, facilitar a provisão de habitação adequada e um ambiente de vida com um custo acessível a todos os grupos sociais, promovendo assentamentos humanos sustentáveis. Trata-se do primeiro instrumento de género aprovado pelo Governo de Moçambique, desde a independência do país, em 1975.

"Este projecto, pela sua dimensão, constitui uma marca indelével na implementação

do Programa Quinquenal do Governo, a luz do qual foi aprovada, recentemente a Política e Estratégia de Habitação", precisou Aires Ali.

O governante moçambicano notou que o projecto em si terá um efeito multiplicador na economia, através de criação de postos de trabalho e estabelecimento de vários serviços sociais, daí que o governo continuará a estimular este tipo de parcerias.

Por sua vez, o Ministro moçambicano das Obras Públicas, Cadmiel Muthemba, disse que uma das manifestações da pobreza é a falta de habitação condigna, pelo que o projecto vem responder um dos desafios do governo de providenciar habitação aos moçambicanos. Segundo Muthemba, em termos de metas, são cerca de 300 mil talhões e cerca de 100 mil habitações que serão distribuídas até 2014.

De acordo com o ministro das Obras Públicas e Habitação o projecto visa, essencialmente, garantir a promoção de casas condignas e relativamente acessíveis, tendo como grupo-alvo os jovens, funcionários públicos e combatentes (recorde-se que dados do censo populacional de 2007 indicam que em Moçambique existem

cinco milhões jovens de idades entre 18 a 35 anos). Há ainda 180 mil funcionários públicos e 160 mil ex-combatentes de guerra.

Num outro desenvolvimento, o ministro Cadmiel Muthemba disse que os critérios para a atribuição das casas ainda não foram definidos, mas garantiu que dentro de dias, o seu ministério vai avançar com a proposta no Conselho de Ministros.

"Neste momento, está em curso a elaboração de um plano de acção para a operacionalização da política, o qual definirá os critérios para o benefício das referidas habitações. Depois de concluída será submetida ao Conselho de Ministros para a sua aprovação", disse Muthemba.

Mesmo assim, o responsável pelo pelouro as Obras Públicas aferiu que as habitações são de carácter social e destinam-se principalmente para a população jovem mas, que tem alguma capacidade de pagar.

A construção das referidas infra-estruturas sociais é encaçada pelo Governo, através do Fundo de Fomento de Habitação (FFH), coordenada com os órgãos locais do Estado, com destaque para os municípios.

Resumo Semanal

GUEBUZA MEXE EMBAIXADORES

O Presidente da República, Armando Guebuza, acaba de efectuar movimentações de embaixadores, exonerando quatro e indicando os respectivos sucessores.

Trata-se de Jacob Nyambir (Argélia), Ana Namba Uaiene (França), Carlos dos Santos (Alemanha e Santa Sé) e Amadeu da Conceição (Cuba).

Guebuza nomeou Alexandre Zandamela para o cargo de embaixador extraordinário e plenipotenciário de Moçambique junto da França, Hipólito Patrício, para Argélia, e Amadeu da Conceição, para Alemanha.

Carlos dos Santos foi movimentado para o cargo de Alto Comissário de Moçambique junto do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte.

FADM MAIS FORTIFICADA

O Ministério da Defesa encerrou nesta quarta-feira o 1º Curso de Sargentos Milicianos, 3º Curso da Banda Militar e 4º Curso de Corneteiros/Fanfarras, na Escola de Formação de Sargentos "General Alberto Joaquim Chipande", em Boane, província de Maputo.

A cerimónia de encerramento foi dirigida pelo próprio ministro da Defesa, Filipe Nyussi e consistiu em várias actividades como exercícios militares, juramento da Bandeira, patenteamento, marcha em Parada e entrega de diplomas e atribuição de prémios aos melhores graduados. O evento estava no quadro das celebrações do 47º Aniversário das FADM.

12 MIL CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O Gabinete de Atendimento a Mulher e Criança Vítimas de Violência, do Ministério do Interior, registou, no primeiro semestre deste ano, em todo o país, 12 mil casos de violência doméstica, sendo 8.400 contra mulher, 1886 contra crianças e cerca de mil contra homens. A maioria dos casos registados foram de índole criminal e outros cíveis tais como a recusa de paternidade, discriminação devido ao HIV/SIDA, separação, disputa e regulação do poder paternal.

DIA MUNDIAL SEM CARRO

Assinalou-se esta quinta-feira, 22 de Setembro, o Dia Mundial sem Carro sob o lema "Alternativas de Mobilidade". Com o objectivo de promover debates, comunicações e acções que estimulem a mudança e criação de hábitos de mobilidade urbana saudáveis tais como o respeito pelas regras de trânsito, a data é celebrada desde 1997. Em Moçambique, serão reflectidos os temas "Segurança Rodoviária, Gestão Sustentável do Ambiente e Educação Fiscal" para além da realização de diversas actividades, tais como ginástica aeróbica, feiras de saúde, animações musicais e marchas.

GOVERNO LANÇA PROPESCA

A cidade da Beira, centro de Moçambique, acolhe esta sexta-feira o Projecto de Promoção da Pesca Artesanal (ProPesca), uma iniciativa do governo moçambicano, com o apoio do Fundo Internacional para o Desenvolvimento. Uma nota do Ministério das Pescas, indica que a empreitada tem por objectivo contribuir para a melhoria dos rendimentos e dos meios de subsistência das famílias envolvidas na pesca artesanal ao longo da costa marítima do país.

Quanto à proeminência da Esposa do PR no funcionamento da máquina do Estado, Macuane explica que o fenómeno reflecte o exercício personalista de poder presidencial, "combinada ou causada por uma desconfiança na máquina de governação ou pelo menos na constatação de que esta ainda é fraca e precisa de um controlo mais próximo do Presidente".

"INTROMISSÃO NOS ASSUNTOS DO GOVERNO", Custódio Duma

Para o jurista Custódio Duma, as viagens da Primeira-Dama, pelo nível de intromissão na gestão dos go-



Custódio Duma

vernos provinciais e distritais constituem "uma grosseira intromissão nos assuntos do Estado".

Aos seus olhos, a intromissão da Primeira-Dama nos assuntos da gestão do dia-a-dia do Governo devia

ser investigada pelo Ministério Público como garante da legalidade. "Ela pode estar a usurpar funções ou a apropriar-se de competências alheias, o que pode significar actos puníveis por lei", explicou.

Por ser ilegais, todas as recomendações de Maria da Luz Guebuza, mesmo que sejam consideradas "boas", devem ser consideradas como sendo "meros conselhos ou ideias de alguém que é esposa do PR".

O jurista entende que as intromissões mostram o quanto o Estado é frágil. "Neste Estado a separação de poderes e a legalidade na administração continuam ainda um sonho por atingir", lamentou.

"COMBATER POBREZA ESBANJANDO RECURSOS", Ericino de Salema

Ericino de Salema

O jornalista e pesquisador Ericino de Salema é da opinião de que as visitas da Primeira-Dama são, por um lado, positivas, por se traduzirem na demonstração da utilidade social de uma figura como ela. Mas, por outro, pecam por contribuírem para que tudo pare por onde ela passa, o que se traduz em grandes prejuízos para a economia doméstica. "Muitas vezes fica difícil perceber se ela está em serviço social ou em actividade político-partidária".

Salema contou que em

Novembro de 2007, cruzou com a comitiva da Primeira-Dama em Zavala, província de Inhambane, e contabilizou mais de 50 carros da comitiva, muitos deles transportando somente o motorista. Mais tarde viria a saber, via imprensa, que a visita tinha como objectivo incentivar as pessoas a produzirem cada vez mais como forma de combater a pobreza. "Temos crianças fora da escola por falta de vagas, mas temos uma figura cujo papel é meramente social a esbanjar recursos que poderiam efectivar o constitucional acesso à educação a inúmeras crianças", lamentou.

O jornalista e pesquisador

reprova ainda a vasta equipa que acompanha Maria da Luz Guebuza em visitas: "Olha que ela até leva muito mais jornalistas que o próprio Primeiro-Ministro".



Ericino de Salema